

STJ00115237

ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS NAKAMURA

Sérgio Ferraz
Prefácio

BENS PÚBLICOS

Belo Horizonte

FÒRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2022

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Valloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Márcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Muscetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrcio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

NI63b	<p>Nakamura, André Luiz dos Santos</p> <p>Bens públicos / André Luiz dos Santos Nakamura. - Belo Horizonte : Fórum, 2022. 243p. ; 14,5cm x 21,5cm.</p> <p>Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-427-3</p> <p>1. Direito Administrativo. 2. Direito Civil. 3. Direito Constitucional. 4. Direito Urbanístico. 5. Administração Pública. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 341.3 CDU 342.9</p>
2022-1766	

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NAKAMURA, André Luiz dos Santos. *Bens públicos*. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 243p. ISBN 978-65-5518-427-3.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Sérgio Ferraz	15
----------------------------	----

APRESENTAÇÃO	19
---------------------------	----

CAPÍTULO 1

DOMÍNIO PÚBLICO – ASPECTOS GERAIS	21
------------------------------------------------	----

1.1	Noção jurídica de bem.....	21
1.2	Domínio eminente.....	22
1.3	Domínio público, bem público e propriedade pública.....	23
1.4	Classificação dos bens públicos.....	28
1.4.1	Bens de uso comum do povo.....	29
1.4.1.1	Cobrança pelo uso de bens públicos de uso comum	32
1.4.2	Bens de uso especial.....	37
1.4.3	Bens dominicais.....	37
1.4.3.1	Bens dominiais, função social da propriedade pública e princípio da eficiência na gestão do patrimônio público	39
1.5	Afetação e desafetação.....	42
1.5.1	Limites constitucionais à desafetação de bens públicos	45
1.6	Desnecessidade de registro do bem público imobiliário	48
1.7	Bens públicos e propriedade imobiliária de entes da administração direta e indireta.....	50
1.8	Bens de terceiros não integrantes da Administração Pública: entes do terceiro setor e serviços sociais autônomos	51
1.9	Titularidade e formas de aquisição dos bens públicos.....	53
1.10	Características dos bens públicos.....	54
1.10.1	Impenhorabilidade do bem público	55
1.10.2	Imprescritibilidade do bem público	56
1.11	Bens públicos e autonomia dos entes federativos	58
1.12	Uso irregular de bens públicos imóveis: soluções para desocupação e retomada	62
1.12.1	Do desforço imediato	64
1.12.2	O uso do poder de polícia como instrumento para ocupações irregulares de bens públicos	67

CAPÍTULO 2

ALIENAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS.....	75
2.1 Pressupostos para a alienação de bens públicos móveis e imóveis	75
2.2 Disciplina da alienação de bens imóveis na Lei nº 14.133/2021.....	80
2.3 Alienação de bens móveis	84
2.4 Alienação direta (sem licitação) de bens públicos	86
2.4.1 Dação em pagamento	88
2.4.2 Doação	89
2.4.3 Permuta	94
2.4.4 Investidura.....	99
2.4.5 Venda a outro órgão ou a entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo	101
2.4.6 Alienações no âmbito dos programas de regularização fundiária ...	105
2.4.7 Alienação de bem público para concessionário de serviço público...	109
2.4.8 Venda de bem público por dispensa de licitação em razão de licitação anterior deserta.....	111
2.5 Direito de preferência do ocupante na aquisição de bem público por licitação	114

CAPÍTULO 3

OUTORGA DE USO PRIVATIVO DE BENS PÚBLICOS	117
3.1 Cessão de uso.....	122
3.2 Autorização de uso.....	125
3.3 Permissão de uso	126
3.3.1 Permissão de uso qualificada.....	127
3.4 Concessão de uso de bem público	129
3.4.1 Concessão de direito real de uso	130
3.4.2 Concessão real de uso para fins de moradia	132
3.5 Outorga de uso privativo de bens públicos para entidades religiosas	134
3.6 Locação.....	139
3.7 Comodato	142

CAPÍTULO 4

BENS PÚBLICOS EM ESPÉCIE	145
4.1 Terras devolutas.....	146
4.1.1 Conceito de terras devolutas.....	147

4.1.2	Efeitos da declaração de devolutividade na ação discriminatória	155
4.1.3	Nulidade dos títulos de propriedade particulares em terras devolutas não outorgados pelo Estado ou por este reconhecidos	159
4.1.4	Boa-fé, segurança jurídica e imprescritibilidade dos bens públicos	160
4.1.5	O exemplo do caos fundiário decorrente das terras devolutas da zona leste do município de São Paulo	164
4.2	Dominialidade hídrica	166
4.3	Terrenos reservados e terrenos marginais	169
4.4	Bens reversíveis.....	182
4.5	Bens públicos decorrentes de loteamentos	185
4.6	Terrenos de marinha	190
4.7	Praias	195
4.8	Ilhas	198
4.9	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	203
4.9.1	O marco temporal para a apuração das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	206
4.10	Vias terrestres.....	208
4.11	Os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.....	213
4.12	O mar territorial.....	215
4.13	Os potenciais de energia hidráulica.....	217
4.14	Recursos minerais.....	218
4.15	As cavidades naturais subterrâneas	221
4.16	Sítios arqueológicos e pré-históricos	224
	REFERÊNCIAS.....	227